

A Educação Física como Área de Investigação Científica 2

Lucio Marques Vieira Souza
(Organizador)



A Educação Física como Área de Investigação Científica 2

Lucio Marques Vieira Souza
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dr^ª Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Lucio Marques Vieira Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação física como área de investigação científica 2 /
Organizador Lucio Marques Vieira Souza. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-576-1

DOI 10.22533/at.ed.761201711

1. Educação Física. 2. Esporte. 3. Exercício. I. Souza,
Lucio Marques Vieira (Organizador). II. Título.

CDD 613.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação e responsabilidade que apresentamos mais uma importante Coletânea intitulada de “A Educação Física como Área de Investigação 2” que reúne 31 artigos abordando vários tipos de pesquisas e metodologias que tiveram contribuições significativas de professores e acadêmicos das mais diversas instituições de Ensino Superior do Brasil.

O objetivo principal é apresentar os avanços e atualidades da área e para isto a obra foi dividida em dois volumes: no Volume 2 com 03 principais eixos temáticos: Atividade Física e Saúde do capítulo 1 ao 5; Práticas alternativas e saúde coletiva do 6 ao 11 e Práticas corporais e aspectos sociológicos, entre os capítulos 12 e 16; no Volume 3 com 02 principais eixos temáticos: Educação Física Escolar do capítulo 1 ao 8 e Treinamento Físico do 9 ao 15.

Estruturada desta forma a obra demonstra a pluralidade acadêmica e científica da Educação Física, bem como a sua importância para a sociedade. Neste sentido, nos capítulos constam estudos diversas temáticas contemplando assuntos de importante relevância dentro da área.

Agradecemos a Atena Editora que proporcionou que fosse real este momento e da mesma forma convidamos você Caro Leitor para embarcar na jornada fascinante rumo ao conhecimento.

Lucio Marques Vieira Souza

SUMÁRIO

ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE DURANTE O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Bianca Santos da Costa

Rogério Rocha Lucena

DOI 10.22533/at.ed.7612017111

CAPÍTULO 2..... 12

A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA ROTINA DE POLICIAIS MILITARES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A TEMÁTICA

Caroline de Fatima Barchaki

Maria de Fatima Fernandes Vara

DOI 10.22533/at.ed.7612017112

CAPÍTULO 3..... 24

ASSOCIAÇÃO ENTRE SÍNDROME DE BURNOUT E PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA

Talita Mendes Bezerra Ximenes

Emmanuella Passos Chaves

Priscila Brasil de Carvalho Rocha

Fernando Antônio Mendes Bezerra Ximenes

Raquel Autran Coelho Peixoto

Arnaldo Aires Peixoto Junior

DOI 10.22533/at.ed.7612017113

CAPÍTULO 4..... 33

AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE GINÁSTICA LABORAL DE UMA EMPRESA DE BIOTECNOLOGIA DE SORRISO-MT

João Ricardo Gabriel de Oliveira

Adelar Aparecido Sampaio

Thaís Mendes Vala

Daiane Fernandes Borges

DOI 10.22533/at.ed.7612017114

CAPÍTULO 5..... 44

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS ÁREAS SAÚDE/BIOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS PALMAS

Kleber Farinazo Borges

Cezar Grontowski Ribeiro

Marcio Flavio Ruaro

DOI 10.22533/at.ed.7612017115

PRÁTICAS ALTERNATIVAS E SAÚDE COLETIVA

CAPÍTULO 6..... 51

CONTRIBUIÇÕES DA LIBRAS PARA A COMUNICAÇÃO COM O PERSONAL TRAINER E A CLIENTELA SURDA EM ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO

Estélio Silva Barbosa

Bruno de Miranda Souza

Leonor Maria e Silva Palha Dias de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.7612017116

CAPÍTULO 7..... 63

INFLUÊNCIA DA ACUPUNTURA NA MELHORIA DO DESEMPENHO DESPORTIVO: REVISÃO INTEGRATIVA

Rosely Modesto Silva

Gildeene Silva Farias

Silvia Claudia Ferreira de Andrade

George Luís de Aguiar Barros

Adonize Leite Lima

Antonio Vanildo de Sousa Lima

DOI 10.22533/at.ed.7612017117

CAPÍTULO 8..... 76

MEDITAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA INTERCURSO INEVITÁVEL NO CONTEMPORÂNEO MERCADO DE TRABALHO

Cleia Gonçalves de Brito

DOI 10.22533/at.ed.7612017118

CAPÍTULO 9..... 84

SAÚDE COLETIVA COMO CONTEÚDO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DO BACHAREL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Adriano Matos Cunha

Rafaele Aragão dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7612017119

CAPÍTULO 10..... 93

TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS E ATIVIDADE FÍSICA NA PERSPECTIVA DA SAÚDE COLETIVA

Araceli dos Santos Nascimento

Ingrid Coelho de Jesus

Nayara Katherine Alencar dos Santos

Sara Sabrina Gomes Jorge

DOI 10.22533/at.ed.76120171110

CAPÍTULO 11..... 101

UMA ANÁLISE SOBRE AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

João Marcos Saturnino Pereira

José Rodrigo Sabino Nobre

PRÁTICAS CORPORAIS E ASPECTOS SOCIOLÓGICOS

CAPÍTULO 12.....	113
FUTEBOL, LAZER E PATRIMÔNIO Rafael Henrique Teixeira-da-Silva DOI 10.22533/at.ed.76120171112	
CAPÍTULO 13.....	120
JOGOS DE MESA INTERDISCIPLINARES COM ANATOMIA HUMANA Luiz Gabriel Maturana Letícia Gomes Santos Carolina Carvalho Alves Gabriel Fernandes Silva DOI 10.22533/at.ed.76120171113	
CAPÍTULO 14.....	128
NATAÇÃO INFANTIL: MOTIVOS PARA O INGRESSO NA MODALIDADE Letícia Maria Cunha da Cruz Jéssica Aparecida Campos Mariana Moratori Pires Matheus Felipe de Oliveira Neves Vinícius Moreira Neves Reis Carlos Alberto Camilo Nascimento DOI 10.22533/at.ed.76120171114	
CAPÍTULO 15.....	134
QUE CABELO É ESSE? É O MEU. O CABELO COMO SÍMBOLO DA IDENTIDADE NEGRA NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIMONTES Natália Mendes de Jesus Fernanda de Souza Cardoso DOI 10.22533/at.ed.76120171115	
CAPÍTULO 16.....	154
SE-MOVIMENTAR: APROXIMAÇÕES ANTROPOLÓGICAS E GESTÁLTICAS Carlos Luiz Cardoso DOI 10.22533/at.ed.76120171116	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	168
ÍNDICE REMISSIVO.....	169

QUE CABELO É ESSE? É O MEU. O CABELO COMO SÍMBOLO DA IDENTIDADE NEGRA NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIMONTES

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 12/08/2020

Natália Mendes de Jesus

Unimontes, Montes Claros – MG
<http://lattes.cnpq.br/7930286937214951>

Fernanda de Souza Cardoso

Unimontes, Montes Claros MG
<http://lattes.cnpq.br/3361055563220647>

RESUMO: Observando um movimento que tem se tornado cada vez mais visível, um movimento de apresentação e aceitação do cabelo tal como ele é: afro, black, crespo, natural, sentimos a necessidade de entender esta tendência no contexto universitário. Portanto, o presente estudo investigou o significado do cabelo e os sentidos a ele atribuídos por mulheres e homens negros estudantes do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros e como o cabelo está relacionado à identidade negra. Trata-se de uma pesquisa descritiva com análise qualitativa dos dados. A amostra foi constituída por dez acadêmicos/as do referido curso que se consideravam negros/as e que tivessem passado por processo de mudança, quanto ao uso do cabelo, no decorrer do curso. Como recursos metodológicos foram realizadas: pesquisa bibliográfica e de campo; sendo aplicada uma entrevista semiestruturada para realização desta última. Os dados coletados foram analisados qualitativamente, através da

técnica de categorias, proposta por Minayo et al. (2002).

PALAVRAS-CHAVE: Cabelo, Símbolo, Identidade Negra.

WHAT HAIR IS THAT? IT'S MINE. THE HAIR AS A SYMBOL OF THE BLACK IDENTITY IN THE UNIMONTES PHYSICAL EDUCATION COURSE

ABSTRACT: Observing a movement that has become increasingly visible; a movement of presentation and acceptance of the hair as it just is: afro, black, curly, natural, we feel the need to understand this trend in the university context. Thus, the present study investigated the meaning of hair and the meanings attributed to it by black women and men, students of the Physical Education course at the State University of Montes Claros and how hair is related to black identity. It is a descriptive research with qualitative analysis of the data. The sample comprised ten students from the course mentioned who considered themselves black and who had gone through a process of change on the use of the hair during the course. The following methodological resources were carried out: a bibliographic and field research; a semi-structured interview was applied to carry out this latter. The collected data were qualitatively analyzed, using the categories technique proposed by Minayo (2002).

KEYWORDS: Hair, Symbol, Black Identity.

1 | INTRODUÇÃO

Seguindo um movimento que tem sido acompanhada na sociedade, é visível, há alguns anos, no curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, uma mudança adotada no decorrer do curso, por parte de algumas acadêmicos/as, quanto ao uso de seus cabelos, assumindo-os crespos, e, portanto, se assumindo perante a sociedade, como também suas identidades negras.

Tanto o cabelo quanto o corpo são pensados pela cultura, sendo assim, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no nosso país. “Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra”. (GOMES, 2008, p. 2)

O cabelo é muitas vezes definido como “a moldura do rosto”, podendo dar informações sobre as origens, pertencimento a grupos sociais e hábitos de uma pessoa, aproximando ou afastando indivíduos enquanto elementos de identidade corporal. “Eles possuem uma grande capacidade de expressão simbólica vinculados a um contexto sociocultural” (KING, 2015, p. 8).

Segundo Bauman (2004), a identidade está ligada ao bem estar do indivíduo e ao local em que ele está inserido. Portanto, a reflexão sobre a construção da identidade negra não pode dispensar a discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. “Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social”. E como sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que estabelecemos as identidades sociais (GOMES, 2003, p. 171).

Diante do exposto e entendendo o cabelo como um dos símbolos da identidade negra, este estudo tem como proposta investigar o significado do cabelo e os sentidos a ele atribuídos por mulheres e homens negros, estudantes do curso de Educação Física da Unimontes e como o cabelo está relacionado à identidade negra; bem como averiguar quais foram as principais influências para a mudança de atitude com relação ao cabelo, buscando compreender o processo de torna-se negro/a.

1.1 Brasil e os corpos negros

A história do Brasil na versão de alguns, se iniciou com aventureiros e navegadores portugueses que encontraram uma terra e já se consideraram descobridores. Não levando em consideração que essa terra já estivesse ocupada e possuía seus donos, os portugueses anunciaram seu descobrimento e tomaram posse. Visto que uma terra tão extensa poderia trazer-lhes grandes riquezas em vários aspectos, minérios, fauna e flora, o Brasil passou a ser visto pelos portugueses como país de exploração (MUNANGA; GOMES, 2006). Mattos (2016) ressalta que os portugueses com objetivo de beneficiar-se das riquezas do Brasil buscaram mão de obra para exploração, de início o índio foi o escolhido para tal fim, mas depois foi substituído pelo africano.

Neste sentido, Dumas (2019, p. 2) afirma que “a partir do projeto colonizador aplicado no Brasil, a qualificação ou mesmo a desqualificação de corpos atendeu a interesses de poder concentrados principalmente no comércio”. Estabelecendo um período histórico relacionado à escravidão, o conceito de corpo e de gente esteve relacionado diretamente ao propósito da apropriação de terras, produção e acúmulo de bens. Visando atender a esse objetivo, a parte agrícola foi a proposta de maior desenvolvimento no período colonial. Para se obter sucesso nesse plano, concentrado na exploração da cana-de-açúcar era imprescindível a implicação de pessoas, corpos destinados a esse trabalho. A resolução dessa questão por parte dos colonizadores foi marcada, de certa maneira, numa definição de corpo, inventando uma raça, não a de todos, mas a do povo que deveria ser escravizado. Para isso foi usado o critério que se baseava, exclusivamente, na especificidade do povo africano: a sua origem territorial e o corpo definido pela cor da pele (fenótipo negro) (DUMAS, 2019).

Importante salientar que o processo de violência no período açucareiro foi uma mudança de curso nesses corpos e não exatamente uma ruptura com suas histórias e culturas, mesmo com o processo castrador instituído no Brasil de forma eficaz, este não foi capaz de interromper drasticamente marcas do passado africano na constituição desses corpos. Diversidade étnica, papéis sociais, gestualidades e movimentos do cotidiano, práticas ritualísticas ou artísticas, entendimento de si e percepção de corpo, não são apagadas da memória pessoal e social apenas por desejo e imposição de outros ou por mudanças de territórios. Os corpos negros, na percepção e expressão de si, foram e ainda são corpos africanos com suas marcas identitárias reconstruídas, ressignificadas em solo brasileiro (DUMAS, 2019, p. 4).

Sendo assim, toda essa diversidade étnica e práticas culturais influenciaram também nossos modos de ser e fazer. Em nosso país, a presença do povo africano vindo das mais diferentes regiões da África era maciça. A entrada dos africanos no nosso país contribuiu imensamente para a criação da nossa cultura, levando em consideração ainda a base econômica que se desenvolveu e cresceu com o trabalho dos negros (MUNANGA, 2006).

Os povos africanos não contribuíram somente para nossa música, dança, religiosidade, culinária, entre outros, mas para nossa matriz, nossa alma, nosso povo, cultura e contribuíram também para nossa miscigenação¹. O Brasil é um país mestiço, biológico e culturalmente. A miscigenação biológica é inegavelmente, a consequência das trocas genéticas entre diferentes grupos populacionais classificados como raciais, que na vida social se manifestam também nos hábitos e nos costumes (componentes culturais) (OLIVEIRA, 2004).

Com grande frequência no Brasil, argumentos a favor do modo multipolar, da mestiçagem ou de uma raça brasileira, exercem concretamente contra interesses da

1. Segundo Petrônio Domingues (2005, 123-24) o mito da democracia racial “era fundamentado pelo elevado grau de miscigenação na formação histórica do país, que, por sinal, era defendida como sinalizadora da tolerância étnica”. Sobre estas questões sugiro leitura do livro “*O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*”, de Abdias do Nascimento (1978).

população negra, pois com frequência são argumentos que, de maneira consciente ou inconsciente, procuram esconder a profunda desigualdade que caracteriza as relações entre brancos e não-brancos; procuram esconder que, de fato, os dois grupos são diferenciados em termos de riqueza, poder e prestígio (OLIVEIRA FILHO, 2005).

Para Munanga (1986) tantas desigualdades históricas marcaram com grande prejuízo negros e negras, que tiveram desde suas raízes negadas até suas características físicas e capacidades cognitivas. Todas as características destes corpos sempre estiveram associadas a coisas ruins, vistas como negativas, assim, os corpos negros foram objetificados, desumanizados e sofreram diferentes tipos de violência:

Esta visão deformada criada pelo europeu colonizador veio legitimar historicamente a dominação e o genocídio, direto ou indireto, daqueles considerados “diferentes”, não-brancos, o que estabeleceu dificuldades para o desenvolvimento da identidade dos brasileiros afrodescendentes, além de efeitos nocivos nos relacionamentos pessoais, por terem suas construções simbólicas referentes a uma identidade que estava vinculada à inferioridade e a outros valores socialmente vistos como negativos (OLIVEIRA FILHO, 2005).

1.2 Negros e negras no Brasil de hoje

Após a abolição, o processo de luta e resistência negra ganhou outros rumos. A nova situação dos negros, de escravizados para libertos, não foi aceita rapidamente pela sociedade brasileira. O fato de serem libertados pela lei não garantia aos negros os mesmos direitos e todas as oportunidades dadas aos brancos em nossa sociedade. Assim os negros, mesmo após a abolição, tiveram que implantar um longo e árduo processo de igualdade aos diversos setores sociais, começando uma luta pelos seus direitos (MUNANGA, 2006).

Os anos 70 e 80 do século XX se formaram no período de busca de afirmação do debate das relações raciais em vários campos da ação social. O Movimento Negro brasileiro se organizava tendo como referência às experiências das lutas anteriores engendradas pelas várias formas do processo de resistência à escravidão, o processo de constituição dos quilombos, a estruturação das irmandades e das tradições religiosas de matriz africana, da imprensa negra e as várias expressões culturais e políticas (LIMA, 2008).

As formas de mobilização no começo do Movimento Negro contemporâneo vão além das discussões e debates e das confluências com a militância de esquerda. Manifestações culturais e artísticas tinham como objetivo a valorização do negro – o que alguns chamam de elevação da autoestima. Além disso, grupos de teatros com atores negros como Milton Gonçalves e Ruth de Sousa, mobilizaram assim as energias dos militantes, que, nesse período, passaram a tomar conhecimento de uma história que parecia desconhecida de luta contra o racismo no Brasil, com experiências muito próximas com a do Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento, ou ainda mais distantes, como a frente negra brasileira (ALBERTI; PEREIRA, 2005).

Em 9 de janeiro de 2003, o recém presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a seguinte Lei 10.639, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 26-A), tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras e “o estudo da história da África e dos africanos” nas escolas, incluindo também (Art. 79-A) o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

Para Munanga (2006) os movimentos ganharam mais força com as ações afirmativas, que constituem em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando situações que todos possam competir nas mesmas condições na sociedade.

Apesar da importância das ações afirmativas é essencial destacar o que nos diz Almeida (2019): estas ações atuam visando uma mudança institucional, porém, o racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que constitui a organização econômica e política da sociedade; é inerente à ordem social, portanto, “a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas” [que não se encerram nas ações afirmativas] (ALMEIDA, 2019, p. 48).

Ainda que tenham se ampliado projetos e ações no sentido de combater o racismo, as desigualdades sociais que separam negros/as e brancos/as ainda são muitas e profundas. Ainda hoje neste país, por consequências históricas, corpos negros são submetidos a opressões e desvalorizações. E embora estes corpos tenham suas próprias histórias e particularidades, temos um ponto comum e generalizante entre eles: o racismo e seus desdobramentos. O conhecimento dessa identidade negra na sua trajetória histórica torna-se pertinente no processo de entender a articulação feita para construir conceitos e perspectivas para o corpo negro no Brasil escravocrata e colonial e a atualização de conceitos dos corpos negros na atualidade, afirmando uma identidade de pertencimento coletivo na apresentação de uma luta de poder onde se procura legitimar identidades produzidas por práticas de resistência das culturas negras brasileiras. Pensar e agir de forma a dissolver a episteme corporal arquitetada no colonialismo e legitimar identidades, “partindo de si, de afirmações identitárias que objetivem a emancipação revela uma tentativa de reacender substratos de ancestralidade sobreviventes ou mesmo de uma nova construção conceitual” (DUMAS 2019, p. 5-6).

1.3 O cabelo como símbolo da identidade negra

Segundo Hall (1997) as nossas identidades são formadas culturalmente; isto significa dizer que devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, por meio da cultura, não fora dela. Elas são o resultado de um processo de identificação que viabiliza que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) concedem ou que nos subjetivemos (dentro deles). “Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico” (HALL, 1997, p. 8).

A identidade negra é uma construção social, histórica e cultural, repleta de densidade, de conflitos e de diálogos; reflete a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de indivíduos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2002).

Assim se cria um termo “negritude” e/ou identidade negra, como forma de debate, que quer dizer a personalidade negra, consciência negra. Historicamente a negritude é, sem dúvida uma reação racial negra a uma agressão racial branca, não poderíamos entendê-la e cercá-la sem aproximá-la com o racismo do qual é consequência e resultado (MUNANGA, 2015).

É um processo contínuo, construído pelos/as negros/as, nos vários espaços – institucionais ou não - nos quais estão inseridos. O negro se depara com olhares sobre seu pertencimento racial, cultural e histórico; e esses olhares muitas vezes chocam-se com sua própria visão e experiência da negritude (GOMES, 2002).

O negro buscou seu significado ainda na assimilação do branco, pois tudo que vinha do negro era considerado ruim e já o que vinha do branco era bom. A dificuldade em se identificar e se assumir como negro vem da humilhação sofrida, de uma autoestima baixa e de uma cultura imposta pelos brancos que a raça negra seria inferior. É nesse processo que o corpo se destaca como forma de expressão e de resistência sociocultural, mas também de opressão e negação. O cabelo, como ícone identitário, se destaca no processo de tensão, desde os penteados africanos, passando por uma estilização própria do negro do Novo Mundo, até nos impactos do branqueamento (GOMES, 2008).

O cabelo foi precursor do questionamento relativo à imposição de alterar, por exemplo, a estrutura do cabelo de mulheres negras através do alisamento para que estas se adequassem aos padrões europeus de beleza, que valoriza mulheres com cabelos completamente lisos (SANTOS, 2015). E homens negros também passam por estas “adequações”, quando vemos que eles, comumente, raspam seus cabelos, para que sua real aparência não seja apresentada e notada.

“Mas esse processo de ter de fabricar sinais de branquitude, tais como cabelos alisados, e encontrar padrões *brancos* de beleza, a fim de evitar a humilhação pública, é bastante violento” (KILOMBA, 2019, p. 128).

Uma questão bastante relevante levantada por Kilomba (2019) ao escrever sobre as políticas do cabelo, diz respeito ao que é tido como “diferente”; negros e negras são vistos como diferentes, e portanto, também seus corpos, pele, cabelos. Mas “quem é diferente de quem? Uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela difere daquelas/es que têm o poder de se definir como “normal” (KILOMBA, 2019, p. 121).

Não há, portanto, como separar o cabelo do mundo do racismo, uma vez que este pode interferir no “assumir-se” negro, ou seja, pode afetar diretamente a identidade de negros/as. Ou ainda, tornando-se *muito negra* [ou negro], ao mostrar muitos sinais de negritude, ter esta atitude relacionada à ideia de retroceder à primitividade. “Existe,

portanto, uma relação entre a consciência racial e a descolonização do corpo *negro*, bem como entre as ofensas racistas e o controle do corpo *negro*” (KILOMBA, 2019, p. 127-28).

Foi e é em meio a tantos desafios, empecilhos, preconceitos, insultos, desigualdades que a identidade negra e o pertencimento a determinados grupos foram se tornando mais reais; mesmo que esta consciência e reafirmação não tenha ainda chegado a todos/as:

Tornamo-nos conscientes de que o 'pertencimento' e a 'identidade' não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e renegociáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o 'pertencimento' quanto para a 'identidade'. (BAUMAN, 2005, p. 17).

Parece que o caminho que tantos negros e negras têm percorrido, mostra uma relação direta com o que nos apresenta Bauman, uma vez que suas identidades já foram moldadas, reformuladas, negociadas... E continuam a ser! Por isso a importância das tais decisões a que se refere o autor, são elas que permitem o repensar, o reafirmar, o resistir e o existir. No caso específico deste estudo, o corpo/cabelo, expressão do meu ser no mundo, pode iniciar essa tomada de consciência relacionada tanto ao pertencimento, quanto à identidade. E este trabalho versa sobre tudo isso: racismo, violência, corpos negros, mas também diz sobre consciência, identidade, reafirmação, resistência, existência.

2 | METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa dos dados. A amostra foi constituída por cinco acadêmicos/as do curso de Educação Física Licenciatura e cinco acadêmicos/as do Bacharelado da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, num total de dez acadêmicos/as.

Foram utilizados como recursos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo; sendo que para realização desta última, o instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada aplicada à mulheres e homens negros, estudantes do curso de Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Unimontes, buscando investigar o significado do cabelo e os sentidos a ele atribuídos por estes sujeitos; o processo de mudança com relação ao uso do mesmo no decorrer da graduação, bem como a relação existente entre cabelo e identidade negra, nas perspectiva dos mesmos.

Para transcrição das entrevistas e visando manter o sigilo da identidade dos entrevistados, os acadêmicos foram codificados pelas palavras NL, a letra N significa “Negro/a” e a letra L diz respeito aos acadêmicos/as da licenciatura, sendo numerados/as de 1 a 5; já quando se tratava dos/as acadêmicos/as do bacharelado, usamos as letras NB, sendo numerados/as de 6 a 10.

As entrevistas concedidas foram aqui analisadas e interpretadas com base no método de Minayo et al. (2002), trabalhamos, portanto, com categorias, definidas a partir das falas dos sujeitos participantes. Dessa forma, as categorias desse estudo foram assim denominadas: 1) Cabelo: um antes e um depois; 2) Influências; 3) Cabelo crespo e identidade negra; 4) Sociedade e cabelo crespo.

3 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1 Categoria 1: Cabelo: um antes e um depois

Quando os participantes falaram sobre o cabelo foi notório o fato de que todos usaram algum tipo de química: alisantes, progressivas, mudando desta forma, a “estrutura” do cabelo; havia uma necessidade de se adequar ao padrão.

A formação social do Brasil desde o período colonial e no decorrer da “branquitude” deu-se na implantação de mudanças corporais impostas ao corpo negro, assim mudar a aparência dos cabelos através do alisamento foi reflexo dessa valorização do corpo branco e suas características. Essa colocação social trouxe implicações econômicas, culturais e políticas que são ainda sentidas e correntes nos dias atuais, exemplo disso é que mesmo hoje, alisar os cabelos ainda é a regra (SANTOS, 2015).

Sendo assim, o alisamento fica sendo um refúgio para alguns negros, como forma de serem valorizados ou aceitos; fato evidenciado a seguir nas falas dos entrevistados, que admitiram que não se achavam bonitos, e nem gostavam dos cabelos que tinham, por isso tentavam se encaixar na “norma”, naquilo que seria facilmente aceito, ou seja, ter cabelo liso:

“[...] na pré-adolescência eu não gostava do meu cabelo, muitas pessoas até falavam ‘seu cabelo é bonito cacheado’, mas eu não gostava. [...] no ensino médio eu via muito as minhas colegas com cabelos lisos e eu não conseguia gostar do meu cabelo. Aí começou a ideia de passar química no cabelo” (NL2).

“Antes da transição eu não gostava do cabelo, eu sempre quis achar um jeito que eu falasse: ‘meu cabelo é bonito’, mas eu nunca achei bonito. Quando eu comecei entrar na fase da puberdade, eu comecei alisar. [...], a partir dos 14 até os 17 anos foi com a cabeça raspada, porque eu não gostava dele de jeito nenhum e o processo de ficar alisando é muito cansativo, porque começava crescer e aí já aparecia a raiz crespa” (NL4).

O alisamento capilar é uma prática muito comum entre as mulheres, que muitas vezes tem início na infância e é levado no decorrer da vida, muitas dessas não se vêem como negras e negam essa estética, por não ser a que é considerada bela. Essa prática por muitas vezes ocorre no ambiente familiar e é aplicada pela mãe ou algum parente próximo, há um esforço para mantê-lo em sigilo no intuito de serem confundidas com mulheres que já nasceram com esse tipo de cabelo (MATTOS, 2016).

Nas falas anteriormente referenciadas consideramos ser importante destacar também a necessidade de ser aceito/a e de sucumbir às pressões na fase da adolescência, apontada por dois dos entrevistados. Sabemos o quanto esta é uma fase repleta de conflitos, indefinições, complexidades, o que traz alguns desdobramentos importantes, dentre eles, o desenvolvimento da identidade.

Dentro da compreensão sistêmica do desenvolvimento adolescente, abrangendo parâmetros físicos, cognitivos e emocionais, um aspecto significativo que vem se evidenciando a partir de estudos sobre a adolescência é a complexidade da qual se reveste a questão da identidade. Esta é mantida não apenas nos níveis intra e intersubjetivo (pessoal e familiar), mas, também, nas dimensões social, cultural e histórica. A identidade organiza-se na confluência do individual e do social, portanto, implica o próprio eu (*self*) e o outro nas suas várias representações como a família, os pares, as instituições e a comunidade. A noção de identidade relaciona-se, nesse sentido, ao pertencimento e, portanto, tem um caráter ao mesmo tempo individual estrutural (quando ligado à apropriação do corpo próprio, representação de si e imagem do corpo) e social, quando relacionada às dimensões de vinculação ao outro e territorialização. Visto dessa forma, o laço social ocupa um lugar fundamental na construção da identidade, particularmente no decurso da adolescência. Além da configuração simbólica do indivíduo, o meio cultural conforma e constrói a identidade particular, pois ela se estabelece como diferença cultural frente ao grupo (AMPARO; BIASOLI-ALVES; CÁRDENAS 2004, p. 12-13).

O processo de transição capilar não foi uma etapa fácil para alguns dos entrevistados, visto que muitos ressaltam a demora do cabelo crescer, a dificuldade em lidar com os fios, que ficam com duas estruturas (a raiz natural e as pontas lisas pela química), dentre outros inconvenientes:

“Fiz o big chop². Minha irmã também entrou na fase de transição nesse período. Geralmente eu usava só coque, [...], pelo fato da raiz estar cacheada e as pontas estarem lisas” (NL1).

“Nesse período foi um período difícil, porque meu cabelo não era liso nem cacheado, e demorou, porque a química que usava era forte e foi também nesse processo que eu estava na faculdade, e pra mim foi muito difícil cuidar dele” (NL2).

A transição capilar teve seu surgimento nos Estados Unidos, logo ganhou muitos adeptos no Brasil. Tal movimento tem como referências, jovens que passaram por essa experiência de modificação, que transforma, aos poucos, as suas imagens e que influência diretamente em suas autoestima (MATOS, 2016). O fortalecimento da autoestima é um fator nítido após a transição, destaca NL2: *“eu tô me sentindo muito bem, estou me sentindo realizada”*; diferente da época da transição, como bem coloca NL5: *“fiquei dois anos sem cortar o cabelo, eu não saía, porque assim, abaixa a autoestima da gente”*.

2. Big Chop (o grande corte) significa cortar todo cabelo alisado, podendo até raspar em alguns casos (GIAMPÁ, 2016).

A família como uma das instituições que forma e envolve os sujeitos, tem papel importante nas decisões e no incentivo na transição capilar. Acreditamos nisso pelo fato de ser este, um processo doloroso de aceitação e (re)estabelecimento do que se é, e a família pode ser um mediador positivo para a apoiar nesta fase. Porém, dois dos entrevistados relataram que a família não os incentivou, mas que isso não os impediu de continuarem firmes na busca da transição: “[...] *choque foi pelo fato das pessoas da minha família não gostarem do cabelo cacheado. Elas veem de uma geração onde o cabelo liso é mais bonito*” (NL1). No mesmo sentido temos NL5: “*minha família tipo não me apoiava, falava assim: ‘corta esse cabelo, alisa esse cabelo, porque tá feio, não tá legal’. Quando eu falei que eu ia entrar em transição a primeira coisa foi: você não vai conseguir*”.

A ideologia do branqueamento se fundamenta no momento em que o negro internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do branco, tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores tidos como bons e perfeitos (SILVA, 2010); por isso não é difícil sucumbir, resistir diante de tantos constrangimentos e opressão, que normalmente nos atinge quando optamos por algo que diverge das condutas sociais baseadas nos padrões da branquitude.

3.2 Categoria 2: Influências

No que diz respeito aos fatores, instituições e/ou pessoas que influenciaram essa mudança de atitude com relação ao cabelo, os/as acadêmicos/as, em sua maioria, citou alguém como influenciador/a: amigos, familiares, professores ou colegas da universidade.

Foi recorrente nas respostas a importância de ver outras pessoas assumindo seu cabelo crespo no depoimento dos entrevistados, mais uma vez a representatividade aparece como fator relevante. Embora em sua pesquisa Matos (2016) fale especificamente das mulheres, a autora colabora neste entendimento, ao afirmar que a representatividade é também uma questão fundamental, o que tem permitido às mulheres se organizarem para ocupar os diversos espaços, buscando visibilidade; e que esta traga empatia e fortalecimento de outras mulheres que vivenciam as mesmas dificuldades de se reconhecerem belas e seguras por conta do cabelo.

“Eu acho que tipo assim, ver todo mundo da universidade usando, acho que acabou tipo, me dando forças. [...], talvez se eu tivesse morando na minha cidade, talvez eu poderia alisar ele e continuar curto, mas como eu cortei e hoje eu estou numa cidade grande e numa universidade, então, posso ser eu, porque tem todo mundo igual a mim, eu não vou ser julgada, não vou ser apontada” (NB8).

“[...] encontrar com essa professora (maior influenciadora), e outras pessoas na faculdade que também tinham esse cabelo. E quando a gente entra na faculdade conhece muita gente, então, eu fui vendo muitas outras pessoas em processo de aceitação do cabelo e de força” (NL4).

A educação, neste caso, a universidade tem papel importante na vida dos/as acadêmicos/as, pois além de prepará-los para se inserirem no mercado de trabalho, deve instruir para vida, incentivar a autonomia de sujeitos que interferem e interferirão numa sociedade plural.

As instituições de ensino devem dar acesso a conhecimentos que construídos pelas diferentes ciências podem ser apreendidos e reformulados, pode possibilitar um olhar mais atento e crítico às coisas do mundo, ver “com outros olhos”, auxiliando na tomada de decisão de forma mais sensata. Neste caso, acreditamos que os estudantes começaram entender que seu cabelo tem um papel de resistência, luta social, cultural e política. O cabelo é um dos principais ícones identitários para os negros, porém sozinho não diz tudo. A sua representação se constrói no âmago das relações sociais e raciais, não podem ser pensados isoladamente (GOMES, 2008).

Outro ponto importante levantado que também incentivou a aceitação do cabelo, foi o acesso à internet. No mundo atual, as redes sociais permitiram alcances, encontros e acessos incalculáveis, embora nestas mesmas redes encontremos discursos de ódio dirigidos cotidianamente aos/às negros/as. Neste sentido NB1 afirma: “*e na internet também, depois que eu vi o primeiro vídeo no Youtube sobre cabelo e aí eu fui ver o tanto de vídeo que ela falava, de um tanto de gente, eu comecei aceitar o meu também*”.

Através da internet grupos que não são representados, podem criar conteúdos de seu interesse e representações não estereotipadas, dividir informações e dicas e também dar suporte. Os canais permitem aos usuários interagir com quem cria o conteúdo, criando assim uma rede de apoio para assuntos importantes [...] (PAVARINA, 2017). Como mencionam NL1 e NL3, respectivamente:

“Pessoas que hoje são blogueiras revelam através das mídias essa libertação do cabelo que elas tinham antes, e que hoje ajudam muito as pessoas que querem entrar nesse processo de transição”.

“Meninas na internet. Vi vários depoimentos, blogueiras, tipo isso encorajou muito. Entendeu? Eu sempre tinha vontade só que eu não tinha coragem [...], eu já tava com idéia de cortar, aí eu vi uns vídeos, aí as meninas falavam: ‘você tem que assumir, você tem que se aceitar, você é linda do jeito que é, olha pra você ver eu cortei meu cabelo igual homem e eu sou linda’.

A “cultura midiática consegue contribuir com elementos utilizados por indivíduos para desenvolverem seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’”; e esta mídia pode também contribuir nas definições do que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral (KELLNER, 2001, p. 9)

Esse processo de transição capilar leva consigo um ideal de valorização de uma estética negra, questionando os atuais padrões de beleza. Os cuidados com o cabelo são propagandeados, em diversos espaços, como em canais do Youtube, onde

são compartilhados conhecimentos sobre técnicas capilares, aceitação, autoestima e movimento negro (MATTOS, 2017).

3.3 Categoria 3: Cabelo crespo e identidade negra

Uma das perguntas primordiais para esta pesquisa diz respeito à relação entre o cabelo crespo e a identidade negra. Ao responderem este questionamento os entrevistados se dividiram nas respostas, e a maioria não considerou uma relação, como explica NL3, NL5 e NB7:

“Hoje eu não percebo muita relação assim não, porque tem muita gente que tem cabelo crespo e que não é negro, negro” (NL3).

“Não tem relação, porque eu posso ter a minha identidade negra e não ter o cabelo afro, pois não é só o cabelo afro que vai definir se eu sou negra ou não. Eu posso ser negra e ter o cabelo liso devido à mistura familiar” (NB7).

Destacamos que acadêmicos/as não perceberam relação entre o cabelo e a identidade negra, apontando que só o cabelo não é um fator para que a pessoa se considere negra. NL5 diz que para se identificar como negro é necessário ter traços, além do cabelo crespo. E NB7 afirma que pessoas podem ser consideradas negras, mesmo tendo cabelo liso, pelo fato de terem familiares negros.

Neste sentido temos válidas contribuições de Munanga (2004) quando o mesmo diz: parece simples definir quem é negro no Brasil, porém, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apontar uma definição de quem é negro ou não é. “Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso” (MUNANGA, 2004, p. 52). E segue seu pensamento trazendo outras questões pertinentes à reflexão:

Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro. No contexto atual, no Brasil a questão é problemática, porque, quando se colocam em foco políticas de ações afirmativas – cotas, por exemplo –, o conceito de negro torna-se complexo. Entra em jogo também o conceito de afro-descendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços. Com os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que muitos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afro-descendente. Trata-se de uma decisão política. Se um garoto, aparentemente branco, declara-se como negro e reivindicar seus direitos, num caso relacionado com as cotas, não há como contestar. O único jeito é submeter essa pessoa a um teste de DNA. Porém, isso não é aconselhável, porque, seguindo por tal

caminho, todos os brasileiros deverão fazer testes. E o mesmo sucederia com afro-descendentes que têm marcadores genéticos europeus, porque muitos de nossos mestiços são euro-descendentes (MUNANGA, 2004, p. 52).

Sobre esta relação cabelo e identidade negra, alguns autores apresentam apontamentos oportunos; como o destacado por Paixão (2008) em sua pesquisa realizada em salões de beleza: “cabelo e identidade aparecem como dupla inseparável, dentro das representações e práticas”. Neste sentido, ressalta NL2: “*Sim. Uma das coisas que existe, que vem da origem negra, que vem assim do sangue negro. [...] características muito fortes [...], uma das principais coisas da identidade negra é o cabelo e a cor*”.

Neste contexto NL4 também enfatiza: “*eu percebo muita relação. [...] Eu acho que o cabelo está associado à raça negra sim*”.

“Percebo essa relação pelo fato da identidade negra está muito ligada à essa questão do crespo mesmo, até por mim, eu me considero negra e meu cabelo é crespo, então vejo que eles dois tem uma relação íntima nessa questão mesmo” (NB9).

É primordial nos atentarmos ao que nos diz Gomes (2003): assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói de forma gradativa, num processo que envolve muitas variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações instituídas no grupo social mais íntimo, “em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo” (GOMES, 2003, p. 171).

E a identidade negra pode ser construída em diversos espaços, aqui o cabelo é um marco para essa relação. A construção da identidade negra se dá no espaço da casa, da rua, do trabalho, da escola, do lazer, da intimidade, ou seja, na relação entre o público e o privado (GOMES, 2008, p.27).

3.4 Categoria 4: Sociedade e cabelo crespo

Ao serem perguntados sobre como a sociedade lida com as pessoas que tem cabelo crespo, todos/as responderam que não há aceitação total, como destacamos abaixo:

“[...] Hoje a aceitação da sociedade é maior, só que ainda existe muito preconceito das pessoas em relação ao cabelo, ao cabelo crespo” (NL1).

“Eu penso que ainda não está totalmente aceito. Principalmente quando o cabelo é um cabelo mais volumoso, muitas pessoas quando vêem olham com olhar de uma coisa estranha, eu acho que a sociedade ainda não aceita totalmente essa origem” (NL2).

E é essa não aceitação do cabelo crespo que fez e ainda faz mulheres e homens alterarem seus cabelos buscando químicas, cortes e procedimentos nocivos a saúde em busca do cabelo “perfeito” que para muita gente ainda é o cabelo liso. A valorização do cabelo liso em nossa sociedade não é somente a expressão de uma vaidade corriqueira,

cotidiana, pois, o cabelo ainda é usado como critério para classificar padrões de beleza. As mulheres negras e afrodescendentes, que por escolha ou falta de opção não alisam os seus cabelos, são colocadas numa posição de inferioridade racial determinada por um ideal de beleza convencionado como o mais adequado. Esse fato influenciará na constituição das subjetividades, principalmente, na de crianças e jovens (SOUZA, 2003).

Vemos também outros pontos colocados nos dizeres de NL4:

“Aos poucos tem mudado, porque a sociedade vai muito pelo meio, pela mídia, pelo que convém. Então, enquanto as pessoas negras estão passando pelo processo de aceitação pessoal e reconhecimento da sua própria identidade, de reafirmação da sua identidade, e o cabelo negro está para expressar isso, a sociedade vê que a diferença vem de ver que o cabelo crespo assumido tá vendendo. Então, a sociedade está lidando melhor por conta disso, por conta de mercado, de venda da imagem negra e do cabelo crespo, mas, assim se não tivesse essa relação não ia aceitar, porque a gente vê isso muito nos discursos das pessoas, elas tendem a fazer de tudo pra que você não tenha o cabelo crespo [...], até de forma inconsciente. Quando você tem e se afirma, elas lidam com isso, mas a preferência é um cabelo liso. Isso é tão presente que eu estava conversando com uma amiga minha sobre a filha do Bruno Gagliasso que é negra de pele bem escura e de cabelo crespo, e quando a gente fala sobre ela eu falei que eu achava a menina linda, e ela virou pra mim e falou assim: ‘essa menina não é linda não! Você está falando que ela é linda, porque ela é filha dele, mas ela não tem nada de linda’. Aí eu falei: Você está julgando a menina de acordo com os padrões de beleza branca, porque a gente vê em propaganda de televisão bebê branco de olho azul, loirinho e branquinho. [...]. Então, assim, a sociedade está lidando melhor com o cabelo crespo por causa da nossa afirmação e porque está vendendo, mas se elas pudessem continuar com a ditadura do cabelo liso, eu acho que elas continuariam” (NL4).

O entrevistado relata “o cabelo crespo assumido está vendendo”, no sentido em que o sistema viu uma forma de obter lucros através da mudança em relação ao uso do cabelo, já que está é uma camada extensa da população que não pode ser esquecida pelo mercado, pois ela também compra, compartilha, tem suas próprias necessidades, e portanto, aqueles que são preconceituosos continuam preconceituosos, é como se eles tivessem que “engolir” esses novos posicionamentos e a mídia, se adequar, a esse novo grupo social, que sempre foi desprivilegiado, desconsiderado; e continua a ser.

O público negro aderiu a novos padrões econômicos-sociais ao longo dos últimos anos, ascenderam à classe média e urbana brasileira, mesmo em regiões onde prevalecia uma forte herança escravista. Adquiriram maior independência e poder de consumo, conseguindo posicionar-se no mercado de uma forma que atraiu as empresas a notá-las não mais como uma classe desmerecida, mas uma classe que conquistou maior autonomia nos mais diversos setores da sociedade (MORAIS, 2012).

Além dos produtos para diversos tipos de cabelos cacheados que tomam conta hoje das prateleiras das farmácias e mercados o número de salões que cuidam do cabelo

afro também cresce. Os que não são próprios para cabelo afro, os donos tendem a buscar qualificação para atender esse público. Na cidade de Montes Claros, por exemplo, onde não havia um salão próprio e especializado para cabelo afro há algum tempo já foram instalados alguns.

Modelos negros e mestiços são utilizados para nos vender, a todos os mais diferentes produtos e serviços: de moda e acessórios esportivos a cartões de crédito e eletrodomésticos, a cor agora aparece como uma característica positiva, elemento que agrega prestígio e sedução ao que está sendo oferecido (STROZENBERG, 2008). Mas não nos enganemos! Negros e negras continuam sendo desprivilegiados quando não os vemos ocupando posições de poder na sociedade, quando não os vemos ganhando os mesmos salários que os brancos, ou quando não os vemos tendo o mesmo acesso à educação e saúde.

E que marcas uma sociedade racista deixa nesses corpos negros? Os participantes da pesquisa responderam sobre possíveis “marcas” que têm que lidar em função de situações já vivenciadas na infância ou na adolescência em que sofreram algum tipo de violência pelo fato de serem negro/as. Pedimos, portanto que os entrevistados relatassem, caso se recordassem, de alguma situação de racismo. Desse modo, temos algumas narrativas relevantes:

“Olha, na infância sim, na infância eu já fui chamada de negrinha na escola. Entendeu? E [...] a gente fica com isso na cabeça, porque a gente é criança e a gente não entende. E eu lembro que eu perguntava minha mãe o porquê. Já teve situações de eu chorar por ser negra. [...] Eu não queria, e brigar e falar, porque eu nasci dessa cor. [...] eu não me aceitava, a sociedade fazia eu não me aceitar dessa cor. Eu achava que era errado, que o bonito era ser branco [...] eu já passei na infância, na adolescência eu não me lembro, mas da infância sim. Não sei se é porque na infância a gente tá [...] crescendo. Então, marca [...]” (NL5).

A maneira como as diferentes instituições sociais vêem e lidam com os/as negros/as, emitindo opiniões sobre seus corpos, seus cabelos e sua estética deixam marcas profundas na vida desses sujeitos. Muitas vezes só quando se distanciam da escola ou quando se deparam com outros espaços sociais em que a questão racial é tratada de maneira positiva é que esses indivíduos conseguem falar sobre temas tão delicados, que tocam suas subjetividades (GOMES, 2002).

“Lembro. [...] foi mais marcante! Foi quando eu estava jogando queimada na escola e um colega virou pra mim e falou assim: ‘eu não me enturmo com carvão, então sai daqui carvãozinho’. [...], esse momento de discriminação foi o mais marcante em minha vida” (NL2).

Com isso as lembranças da infância e adolescência não são das melhores, pois muitos são chamados por apelidos cheios de preconceito e racismo. Esses apelidos recebidos na escola (ou outros espaços) marcam a história de vida de muitos negros e

negras. As primeiras experiências públicas de rejeição do corpo vividas na infância e na adolescência são, talvez, experimentadas na escola. Esta instituição de ensino representa uma abertura para a vida social mais ampla, em que o contato é muito diferente daquele estabelecido na família, na vizinhança e no círculo de amigos mais íntimos. Uma coisa é nascer criança negra, ter cabelo crespo e viver dentro da comunidade negra; outra coisa é ser criança negra, ter cabelo crespo e estar entre brancos (GOMES, 2002).

“Eu já fui maltratado? Já, a gente escuta muito ‘cabelo ruim’[...]. ‘Vai pentear esse cabelo’. Até hoje em dia as pessoas que convivem comigo volta e meia soltam ‘cabelo ruim’, aí você pergunta a pessoa: ‘porque cabelo ruim’? As pessoas começam engasgar, porque não tem justificativa, sabe?” (NL5).

O cabelo do negro visto como “ruim” é expressão de do racismo e da desigualdade racial que sofre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom”, expressa conflitos. O termo cabelo “ruim” surgiu para tentar diminuir o negro e estereotipar o cabelo crespo (GOMES, 2008).

Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores **brancos**, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, de desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, **negras** e **negros** foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos” da **negritude** (KILOMBA, 2019, p. 127).

Ao classificar os cabelos como bom ou ruim, procede-se a uma categorização que estabelece uma hierarquia, conferindo valor e superioridade de um em relação ao outro. “E o que é o racismo senão a crença na superioridade de uma raça em relação à outra quer seja no que se refere a seu intelecto, à sua moral, a seus traços físicos?” (COSTA, 2011, p. 5).

Após estes relatos foi perguntado se essas situações fizeram os entrevistados alisarem o cabelo, e ainda, se após o alisamento, estes/as se sentiram aceitos/as. Nos dizeres de NL4 fica evidente:

“Sim. Esse tipo de comentário que desde pequeno vai sendo injetado dentro da cabeça da gente pra gente mudar; até a gente encontrar aceitação a gente muda, mas é por isso, tanto por não ter uma referência de beleza na sociedade pra gente poder se associar, não ter vários negros ou várias pessoas de cabelo crespo pra você se aceitar. Esses comentários fazem a gente não gostar do que a gente tem e do que a gente é. [...] Aí não tinha cabelo feio né? Quando a gente alisa o cabelo, o cabelo deixa de ser ruim, mas tá só pior, todo maltratado, quebrado, coitado!” (Risos).

Mudar o cabelo pode significar ser aceito no meio que o negro está inserido; segundo Gomes (2008), no Brasil o padrão de beleza ideal é do branco, mas o real é negro e mestiço; sendo assim ainda existem pessoas que não se afirmam como negras. NL5 afirma que as agressões sofridas fizeram continuar alisando o cabelo:

“Eu acho que talvez foi um dos motivos que me fez manter, porque às vezes as pessoas me perguntavam: seu cabelo é liso? Eu falava é, ‘meu cabelo é liso’! Entendeu? No início foi minha mãe que começou a alisar meu cabelo, por ser mais fácil cuidar. Mas assim, eu poderia optar por não querer mais, [...] eu mudei quando eu comecei a pensar [...], eu tinha 15, 16 anos, mas [...] eu entrei na transição mesmo eu tinha uns 17, foi quando eu realmente decidi”.

Não era questionado a ação das mulheres que permitiam que suas crianças ainda muito novas passassem por tais mudanças, muitas com métodos muito primitivos, com exposição a produtos químicos muitas vezes nocivos à saúde, numa tentativa de adequá-las a uma sociedade que deveria adequar-se a elas. Utilizavam-se esses métodos também para facilitar o cuidado com o cabelo, muitas mães achavam mais prático cuidar do cabelo liso (SANTOS, 2015).

E vai além disso, estas atitudes também têm relação com a sobrevivência destes corpos negros, como bem coloca Gabriel Nascimento (2019) quando explica que a sua mãe, quando mandava que ele cortasse o cabelo, não queria negar a sua identidade negra, porque considerava simplesmente feia, mas porque ela temia que ele fosse confundido com bandido. Não se pode ignorar que esse branqueamento, imposto aos dois (à mãe e ao filho), é também, por parte dela e dele, resistência. “Porém, não se pode celebrar esse tipo de resistência como obrigatória, porque resistir, se negando, é doloroso. Por isso, viver é resistir e é revolucionário num país que nos mata” (NASCIMENTO, 2019, p. 342).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado podemos constatar, que os motivos que conduziram os/as acadêmicos/as do curso de Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes a adequar seus cabelos e eles/elas mesmos/as aos padrões fornecidos pela branquitude, fazendo uso de chapinha, secadores e/ou produtos químicos, foi uma tentativa de se encaixar na sociedade, de ser aceito. E tudo isso foi um dificultador no processo de “torna-se negro/negra”, de aceitar sua própria identidade, visto que esta era sempre impregnada de características negativas, ruins e inferiores. Assim, estes/as acadêmicos/as não se achavam bonitos, nem se viam representados, mas sofreram com o racismo, insultos e opressões em diferentes fases da vida, o que deixou marcas, em decorrência de uma desvalorização cultural, histórica e social.

No que diz respeito às influências para que mudanças no cabelo acontecessem, destacamos que as blogueiras e as redes sociais foram recorrentemente citadas,

representando um estímulo positivo e persistência, além de fortalecer a autoestima. Foi também ressaltado que a universidade (professores, colegas e conhecimentos ali pronunciados) contribuiu de forma efetiva para a tomada de decisão, fortalecendo os indivíduos.

E em função dessa maior aceitação de negros/as de seus corpos, podemos ver nas prateleiras das farmácias e nas lojas de cosméticos uma enorme variedade de produtos com o intuito de fisgar essa nova camada de consumidores. No entanto, não podemos nos esquecer que negros/as estão em real e intensa desigualdade social quando comparados aos brancos. As mudanças necessárias em prol da equidade de direitos vai além da oferta de produtos, precisam se dar em diferentes âmbitos da sociedade.

Com relação ao significado do cabelo, para muitos/as dos/as entrevistados/as ele é sinônimo de existência, resistência, aceitação e representatividade. O cabelo não é apenas um elemento da beleza negra, o mesmo tem relação com as raízes de um povo e o reconhecimento de sua identidade. Ele é um dos símbolos desta identidade, não o único, porém, é parte importante no processo deste reconhecer-se negro/negra. Para alguns, este reconhecimento só se iniciou após a “aceitação” do cabelo crespo.

No entanto, como nos diz Gomes (2003), construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos/às negros/as, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio que continua a ser enfrentado por estes/as. Afinal, estamos falando de processos e estes não se dão de forma abrupta, mas gradual. Precisamos que estes desafios sejam, enfim, enfrentados por todos e todas. Algumas das mudanças apresentadas aqui, pelos/as participantes desta pesquisa precisam reverberar, ecoar, inspirar a construção de outros conhecimentos e de uma outra sociedade; se a quisermos de fato, justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. **Movimento negro e “democracia social” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f.

ALMEIDA, Silvío. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMPARO, Deise Matos do; BIASOLI-ALVES, Paola; CÁRDENAS, Carmen J. Pertencimento e identidade em adolescentes em situação de risco de Brasília. **Rev. Bras. Cresc Desenv Hum**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-20, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/viewFile/39787/42649>. Acesso em: 24 maio 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. São Paulo: Zahar, 2005.

BRASIL, Casa Civil. **Lei Nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial [da] República. Poder Executivo, Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 11 ago. 2020.

COSTA, IRANEIDE SANTOS. **Por que o cabelo (não) é ruim?** In: II Congresso Internacional de Línguas, Literaturas e Culturas Africanas e Afroamericanas, 2011, Xique-xique. Bahia, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). Aarhus: **Diálogos Latinoamericanos**, v. 5, n. 10, p. 117-131, 2005.

DUMAS, Alexandre Gouvêa. Corpo negro: uma conveniente construção conceitual. In: XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2019, Salvador. **Anais... XV Enecult**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, v.01, 2019. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2019-xv-enecult/>. Acesso em: 02 agos. 2020.

FERREIRA, Ricardo F. **Afro descendentes**: identidade em construção. São Paulo: Pallas, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria**, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/viewFile/1296/1392>. Acesso em: 21 maio 2018.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 15 maio 2018.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1ª edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KING, Ananda Melo. **Os cabelos como fruto do que brota de nossas cabeças**. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2015. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/os-cabelos-como-fruto-do-que-brota-de-nossas-cabecas/#axzz3ZBeYdmWu>. Acesso em: 10 fev. 2017.

LIMA, Ivan Costa. **As propostas pedagógicas do movimento negro no Brasil**. In: II Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2., 2008, São Paulo. Proceedings online... Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092008000100009&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 10 maio 2018

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

_____. **Transição capilar**: cabelos, consumo e interseccionalidade no ciberespaço. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, Abr., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 julh. 2020.

_____. **Negritude**: usos e sentidos. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. **Negritude**: usos e sentidos. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de. Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre as raças. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n. 2, p. 247-253, agos., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v10n2/a12v10n2>. Acesso em: 21 jan. 2018.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n. 50, p. 57-60, abril, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2018.

PAIXÃO, Marli Madalena Estrela. **Uma rosa para meus cabelos crespos**: experiência estética e política da imagem. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2008.

PAVARINA, Letícia. Estética negra: representação e resistência online. In: 13º Mundos de mulheres & fazendo gênero 11. Transformações, conexões, deslocamentos, 2017. **Anais...** Florianópolis-SC, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017, p. 1-5. Disponível em: http://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499546864_ARQUIVO_Textocompleto.pdf. Acesso em: 20 abril 2018.

SANTOS, Nádia Regina Braga dos. **Do black power ao cabelo crespo**: a construção da identidade negra através do cabelo. Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação. São Paulo, 2015.

SILVA, Ana Cecília. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático [online]**. 2nd Ed. Salvador. EDUFBA, 2010, 100p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOUZA, Maria Elena Viana. Preconceito racial e discriminação no cotidiano escolar. In: 26º Reunião da ANPED. 2003. **Anais...** Poços de Caldas-MG, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em: 24 abril 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Academias de Musculação 51, 52, 53, 55

Acupuntura 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

Anatomia Humana 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127

Antropologia Médica 154, 155, 156, 157, 159, 163

Atividade Física 1, 2, 4, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 29, 30, 35, 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 67, 80, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 133

Avaliação de Programas 33, 42

C

Cabelo 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

Comunicação 21, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 93, 97, 118, 125, 126, 131, 153, 163, 164

Conteúdo Curricular 84

Cultura 34, 58, 61, 81, 102, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 127, 135, 136, 138, 139, 144, 152, 153, 159

D

Desempenho Desportivo 63, 64, 72, 74

Doenças Ocupacionais 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42

E

Educação Física 2, 10, 21, 22, 41, 42, 43, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 140, 150, 154, 155, 157, 159, 161, 163, 164, 166, 168

Envelhecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Estudantes 24, 25, 26, 29, 30, 31, 44, 45, 48, 49, 50, 102, 103, 107, 110, 126, 134, 135, 140, 144

Exercício Físico 1, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 24, 26, 28, 29, 31, 36, 44, 97

F

Formação de Professores 57, 101, 102, 103, 104, 106, 111, 112, 152, 154

Futebol 72, 98, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

G

Ginástica Laboral 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

I

Identidade Negra 134, 135, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 150, 151, 152, 153

Inclusão 50, 51, 52, 60, 61, 66, 78, 80, 81, 86

Infância 6, 128, 131, 132, 141, 148, 149

Interdisciplinaridade 93, 95, 120, 121, 126, 127

J

Jogos de Mesa 120, 122, 123, 126

L

Libras 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62

M

Médicos 13, 24, 25, 36, 37, 38, 41, 129

Meditação 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

N

Natação 68, 128, 129, 130, 131, 132, 133

P

Patrimônio 113, 114, 116, 117, 118, 119

Personal Trainer 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60

Polícia Militar 12, 13, 15, 17, 22

Programa Residência Pedagógica 101, 102, 106, 109

Q

Qualidade de Vida 1, 2, 5, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 34, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 59, 63, 85, 86, 93, 97, 98

R

Rendimento 63, 64, 66, 67, 70, 72, 74

S

Saúde Coletiva 22, 42, 84, 86, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 99, 100

Símbolo 134, 138, 149

Síndrome de Burnout 19, 22, 24, 25, 27, 29

T

Trabalho 2, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 27, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 51, 52, 56, 61, 62, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 86, 93, 94, 95, 98, 101, 102, 103, 111, 112, 113, 118, 120, 130, 136, 140, 144, 146, 153, 154, 157

Transtornos Psiquiátricos 93, 95, 96

A Educação Física como Área de Investigação Científica 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

A Educação Física como Área de Investigação Científica 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020